

TOMADA DE POSIÇÃO

Os docentes da Escola EB 2/3 de Santa Marinha, do concelho de Vila Nova de Gaia, reunidos em 13/03/08, preocupados e indignados com a actual situação que se vive na Educação, aprovam a seguinte posição:

1. Repudiar a campanha de sistemática (des)informação que o Governo veicula, fazendo passar a ideia de que os professores não querem ser avaliados. Os professores querem, exigem ser avaliados, mas através de um processo sério, fiável, exequível, que promova a melhoria das práticas e não através de um sistema de avaliação complexo, predominantemente punitivo e de atabalhoada implementação, que criará enorme instabilidade nas escolas, num período crucial para a comunidade educativa, retirando tempo e energias para o que é verdadeiramente importante: o trabalho quotidiano com os alunos e a promoção do sucesso educativo.
2. Afirmar que o grande descontentamento e indignação que levou à enorme manifestação do dia 8 de Março é resultado de uma política de continuado desrespeito para com os professores e educadores deste país.
3. Há décadas que a uma reforma educativa outra se lhe sucede sem que a avaliação e colheita de frutos da anterior seja feita.
4. O constante mergulhar na catadupa legislativa, o reformular constante dos documentos orientadores da vida escolar, a indisciplina crescente no interior das escolas (dentro e fora da sala de aula), a não promoção do esforço e do trabalho como caminho de sucesso, os horários de trabalho desajustados da realidade do que é ser professor, a aberrante divisão da classe através de um concurso injusto que apenas valorizou uma pequena parte do percurso profissional de muitos docentes e educadores, a imposição de um novo modelo de gestão, desaguam hoje, num desperdício de energias e meios, e numa saturação tal, que assim não se pode ser professor.
5. Não querer escutar e sentir a indignação dos professores é, no mínimo, falta de bom senso e sabedoria política.

6. Com o objectivo de devolver às escolas, no imediato, a serenidade indispensável para que o ano lectivo termine semperturbações mais graves do que as já existentes, deverá o Ministério da Educação:

- a) suspender o processo de avaliação até final do ano lectivo, sem que daí resulte qualquer prejuízo para a carreira dos docentes;
- b) dar tempo às escolas e aos professores para uma discussão serena do processo de avaliação que permita a elaboração de instrumentos simples, rigorosos e fiáveis em que os professores se revejam;
- c) garantir a não aplicação às escolas, até final do ano, de qualquer procedimento que decorra do regime de gestão escolar aprovado em Conselho de Ministros e ainda não publicado;
- d) negociar normas sobre organização do próximo ano lectivo que consagre horários de trabalho para os professores pedagogicamente adequados e compatíveis com o conjunto das funções docentes;

7. Num plano mais geral, os professores exigem uma mudança de política educativa, com o objectivo de valorizar e dignificar a profissão e a carreira docente, bem como de promover uma Escola Pública mais democrática e de maior qualidade. Nesse sentido, defendem:

- a) a renegociação do Estatuto da Carreira Docente, designadamente no que respeita ao regime de avaliação, estrutura da carreira e sua divisão em categorias;
- b) a renegociação do regime de direcção e gestão escolar, devendo, nesse sentido, serem respeitadas as considerações do Conselho Nacional de Educação que apontam para a necessidade de, antes de qualquer alteração, avaliar o actual modelo;
- c) a renegociação da legislação aprovada sobre Educação Especial que, em diversos aspectos, atenta contra princípios fundamentais da Escola Inclusiva;
- d) a aprovação de medidas que promovam a qualidade da educação e do ensino.

Esta tomada de posição foi aprovada, por **unanimidade**, em reuniões dos seguintes

Departamentos: Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Ciências Exactas.

Os professores do Departamento de Expressões, solidarizaram-se com esta tomada de posição, tendo os respectivos docentes subscrito o documento.